



EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 183411/23

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: 183411/23

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: 2022

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**

Gestor atual: **LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEM**

Gestor das Contas: **JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Formulário de Dados (Item I - Formulário de dados de prestação)
- Relatório de Gestão (Item II - Relatório Circunstanciado da g)
- Relatório do Controle Interno (Item III - Relatório do Controle Interno)
- Parecer do Controle Interno (Item IV - Parecer Controle Interno - Exe)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (Item V - Relatório da Controladoria Gera)
- Demonstrativo de Receitas (Item VI - Demonstrativo da Receita Segun)
- Demonstrativos de Despesas (Item VII - Demonstrativo da Despesa Segu)
- Comparativo da Receita (Item VIII - Comparativo da Receita Orçad)
- Comparativo de Despesas (Item IX - Comparativo da Despesa Autoriz)
- Comparativo de Despesas por espécie (Item X - Comparativo da Despesa Autoriza)
- Demonstrativo da Dívida Pública (Item XI - Demonstração da Dívida Pública)
- Relação de Restos a Pagar (Item XII - Relação de Restos a Pagar)
- Balancete Sem Encerramento (Item XIII - Balancete do mês de dezembro)
- Declaração de Bens (Item XV - Declaração expressa da unidade)
- Balanço Orçamentário (DCASP) (Item XVI a - Balanço Orçamentário)
- Balanço Financeiro (DCASP) (Item XVI b - Balanço Financeiro)
- Balanço Patrimonial (DCASP) (Item XVI c - Balanço Patrimonial)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP) (Item XVI d - Demonstração das Variações)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (Item XVI e - Demonstração dos Fluxos de)



- Notas explicativas às DCASP (Item XVI f - Notas Explicativas às DCASP)
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item I § 1º - Transferências recebidas)
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item II § 1º - Recursos destinados às co)
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item III § 1º - controle do estoque dos)
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item III § 1º - controle do estoque dos)
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item III § 1º - controle do estoque dos)
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item IV § 1º - notas explicativas)
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item V § 1º - Precatórios quitados pela)
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item VI § 1º - plano de pagamento (a))
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item VI § 1º - plano de pagamento (b))
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item VI § 1º - plano de pagamento (c))
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item VI § 1º - plano de pagamento (d))
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item VI § 1º - plano de pagamento (e))
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item VI § 1º - plano de pagamento (f))
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item VI § 1º - plano de pagamento (g))
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item VI § 1º - plano de pagamento (h))
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item VI § 1º - plano de pagamento (i))
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item VI § 1º - plano de pagamento (j))
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item VI § 1º - plano de pagamento (k))
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item VI § 1º - plano de pagamento (l))
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item VI § 1º - plano de pagamento (m))
- Relatório da Gestão dos Precatórios (Item VI § 1º - plano de pagamento (n))
- Outros Documentos (Relatorio AFF - 2022)
- Outros Documentos (Item XIV - Parecer CM)
- Outros Documentos (Item XIV - Parecer OE)

**PETICIONÁRIO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, CNPJ 77.821.841/0001-94, através do(a)
Delegado p/ peticionamento JOSE LUIZ FARIA DE MACEDO FILHO, CPF 838.896.129-20**

Curitiba, 30 de março de 2023 17:20:57

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ECONÔMICO
FINANCEIRO

ANEXO I

FORMULÁRIO DE DADOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL

ASSUNTO	
1.	PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL – EXERCÍCIO DE 2022

ENTIDADE	
2.	Nome: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná CNPJ: 77.821.841/0001-94

GESTOR DAS CONTAS	
3	Período: 01 /01 /2022 a 31 /12 /2022
	Ato de Nomeação: Ata da Sessão Especial do Egrégio Tribunal Pleno de 01/02/2021 Cargo: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Nome: Desembargador José Laurindo de Souza Netto CPF: 500.111.629-53

GESTOR ATUAL	
4.	Ato de Nomeação: Ata da Sessão Especial do Egrégio Tribunal Pleno de 01/02/2023 Cargo: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Nome: Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen CPF: 393.512.469-49

CONTROLADOR INTERNO	
5.	Ato de Nomeação: Portaria nº 4636/2022 Cargo: Consultor Jurídico Nome: Maurício Cardoso Segundo CPF: 201.718.048-30

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
**DEPARTAMENTO ECONÔMICO
FINANCEIRO**

DECLARAÇÃO	
6.	<p>Declaro, para os fins legais, que as informações constantes deste formulário são verdadeiras e estou ciente de que a falta de qualquer documento exigido na Instrução Normativa nº 176/2022 poderá ocasionar a irregularidade e demais responsabilidades previstas em lei e nos atos normativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.</p> <p>Curitiba, 27 de março de 2023.</p> <p>Des. Luiz Fernando Tomasi Keppen Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná</p>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DAS ATIVIDADES
ECONÔMICAS E FINANCEIRAS**

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

1. INTRODUÇÃO

O Poder Judiciário do Estado do Paraná tem como missão garantir à sociedade a prestação jurisdicional acessível, de qualidade, efetiva e célere, de forma transparente e ética, solucionando os conflitos e promovendo a pacificação social¹.

Pretende ser referência de qualidade na prestação de serviços públicos, reconhecida pela sociedade e seus colaboradores como instituição da qual todos tenham orgulho e confiança, cujas ações são norteadas pelos princípios e valores da transparência, ética, celeridade, acessibilidade, justiça, inovação e eficiência¹.

O Poder Judiciário Paranaense é composto dos seguintes órgãos: o Tribunal de Justiça; os Tribunais do Júri; os Juízes de Direito; os Juízes de Direito Substitutos de entrância final; os Juízes Substitutos; os Juizados Especiais; os Juízes de Paz².

A constituição, estrutura, atribuições e competências do Poder Judiciário são estabelecidas na Constituição Federal; na Lei Complementar nº 35/79 – Lei Orgânica da Magistratura Nacional; na Constituição Estadual; no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, Lei Estadual nº 14.277/2003; no Regulamento da Secretaria, Decreto Judiciário nº 391/1995; no Regimento Interno, Resolução nº 01, de 05/07/2010, do Tribunal Pleno; entre outras.

Integram as unidades judiciárias de apoio direto à atividade judicante no 1º Grau de Jurisdição, as 551 Varas Judiciais instaladas, ou seja, em pleno funcionamento. Destas, 73 são Juizados Especiais e 83 funcionam com Juizados Especiais Adjuntos, além das Turmas Recursais.

¹ Resolução nº 300, de 09/08/2021, Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Paraná 2021-2026.

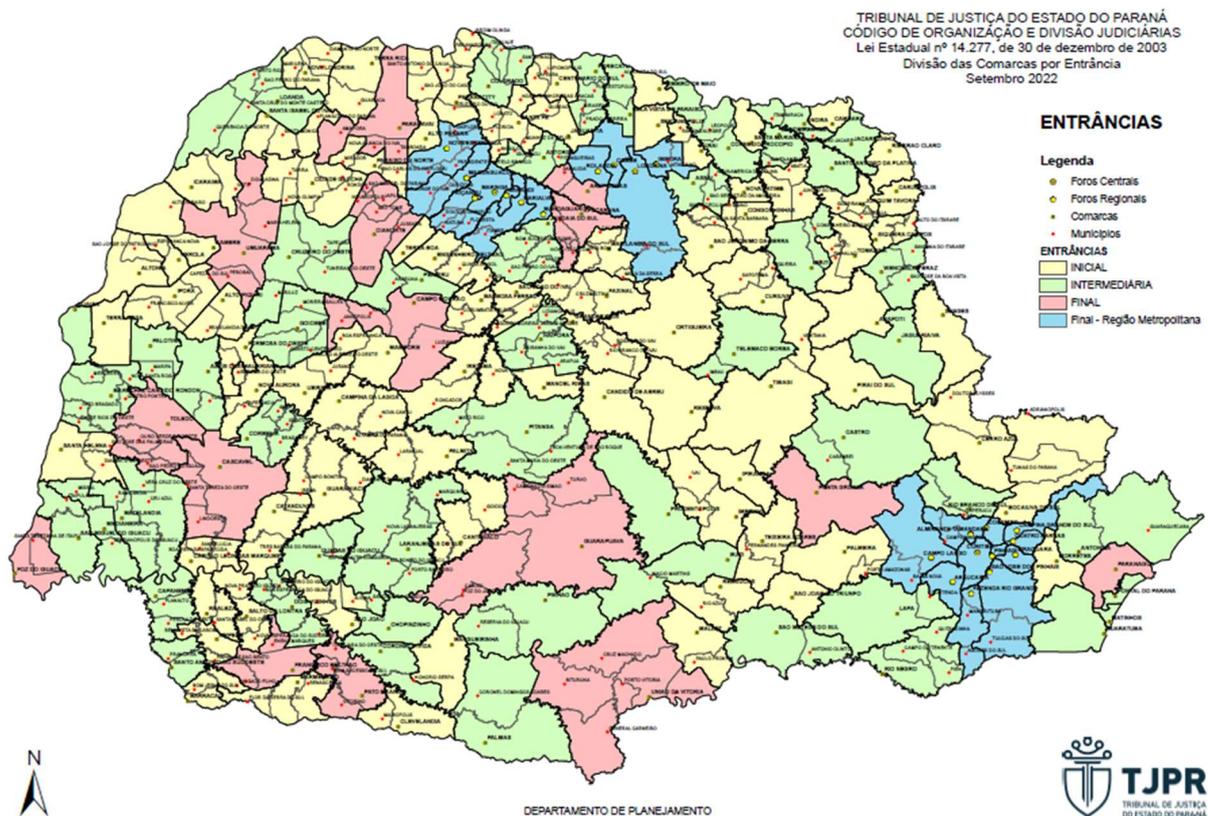
² Art.2º da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

As Varas Judiciais estão organizadas em 163 comarcas, sendo 37 comarcas de entrância final, 48 comarcas de entrância intermediária e 78 de comarcas de entrância inicial.

O mapa abaixo, demonstra a Divisão das Comarcas por entrância em 2022:





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Apresenta-se abaixo o quadro de magistrados e servidores efetivos, pessoal cedido ou requisitado, pessoal comissionado e a força de trabalho auxiliar em 2022³:

QUADRO 1 - PESSOAL DO QUADRO EFETIVO* - 2022

Cargo	Quantidade
Magistrados - 2º Grau**	142
Magistrados - 1º Grau, Juizados Especiais e Turma Recursal	801
Pessoal do Quadro Efetivo na Área Judiciária de 2º grau	546
Pessoal do Quadro Efetivo na Área Judiciária de 1º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais	4.248
Pessoal do Quadro Efetivo na Área Administrativa	1.045
Total	6.782

*não inclui cedidos

**inclusos sem jurisdição

QUADRO 2 - PESSOAL CEDIDO OU REQUISITADO - 2022 (Ingresso)

Descrição	Quantidade
Pessoal que ingressou por cessão ou requisição na área judiciária de 2º grau	0
Pessoal que ingressou por cessão ou requisição na área judiciária de 1º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais	160
Pessoal que ingressou por cessão ou requisição na área administrativa	29
Total	189

QUADRO 3 - PESSOAL COMISSIONADO SEM VÍNCULO EFETIVO - 2022

Descrição	Quantidade
Pessoal comissionado sem vínculo efetivo na Área Judiciária do 2º grau	845
Pessoal comissionado sem vínculo efetivo na Área Judiciária do 1º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais	2.286
Pessoal comissionado sem vínculo efetivo na área administrativa	111
Total	3.242

QUADRO 3 - PESSOAL COMISSIONADO SEM VÍNCULO EFETIVO - 2022

Descrição	Quantidade
Pessoal comissionado sem vínculo efetivo na Área Judiciária do 2º grau	845
Pessoal comissionado sem vínculo efetivo na Área Judiciária do 1º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais	2.286
Pessoal comissionado sem vínculo efetivo na área administrativa	111
Total	3.242

³ Dados informados pelo DGRH destinados a atender o Justiça em Números 2022, referente à Resolução nº 76/2009-CNJ.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

2. DESEMPENHO

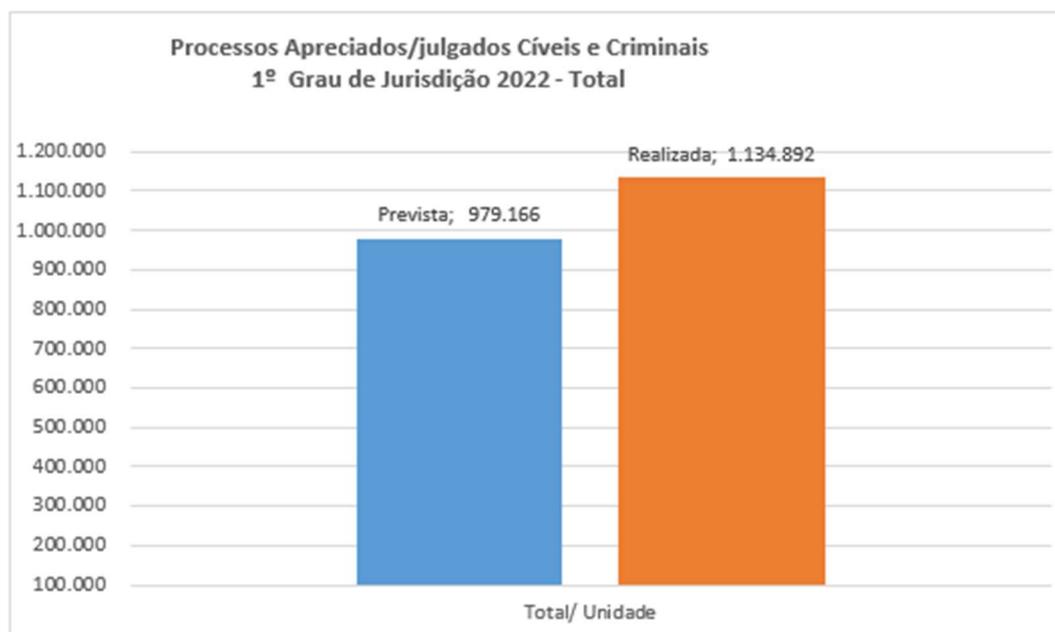
Conforme dados extraídos do Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento 2022 – SIGAME/SIAF da Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes, em relação à ação apreciar e julgar processos cíveis e criminais, foram atingidas 115,90% da meta prevista para o 1º grau de jurisdição e 100,74% da meta prevista para o 2º grau.

AÇÃO: Apreciar e Julgar Processos Cíveis e Criminais de 1º Grau de Jurisdição - 2022

Quantidade	Estado	Total/ Unidade
Prevista	979.166	979.166
Realizada	1.134.892	1.134.892
% Execução	115,90%	115,90%

Fonte: Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2022 – SIGAME/SIAF - Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes.

*Nota: Informações inseridas no sistema pelo Departamento de Planejamento TJPR



Fonte: Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2022 – SIGAME/SIAF - Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes.

*Nota: Informações inseridas no sistema pelo Departamento de Planejamento TJPR



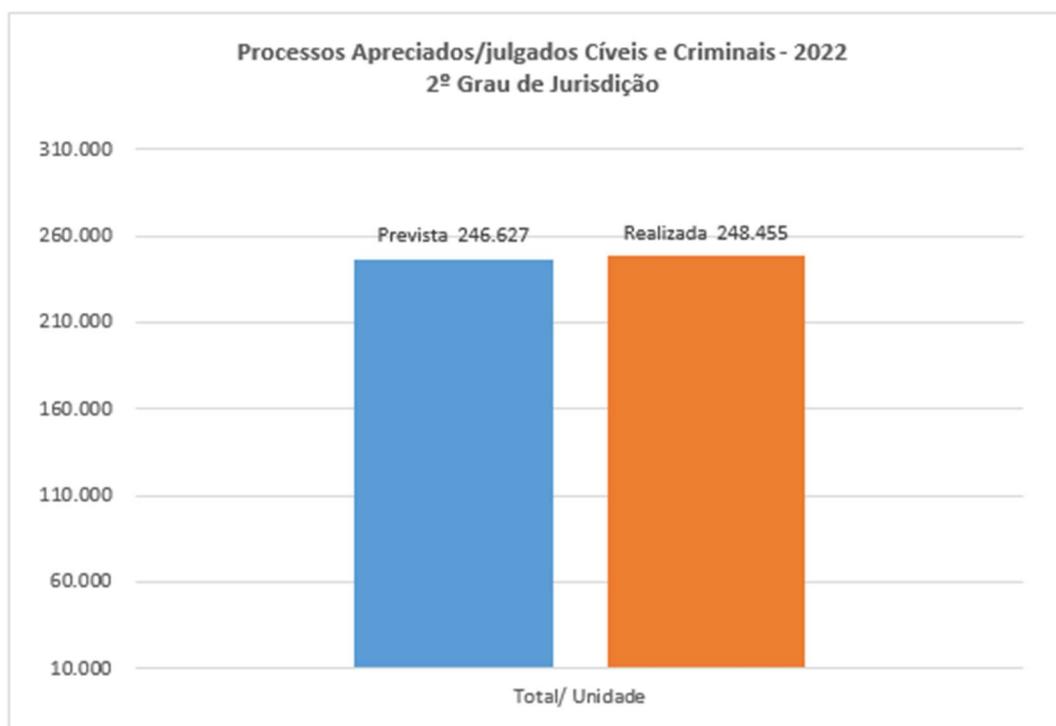
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

AÇÃO: Apreciar e Julgar Processos Cíveis e Criminais de 2º Grau de Jurisdição - 2022

Quantidade	Estado	Total/ Unidade
Prevista	246.627	246.627
Realizada	248.455	248.455
% Execução	100,74%	100,74%

Fonte: Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2022 – SIGAME/SIAF - Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes.

*Nota: Informações inseridas no sistema pelo Departamento de Planejamento TJPR



Fonte: Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2022 – SIGAME/SIAF - Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes.

*Nota: Informações inseridas no sistema pelo Departamento de Planejamento TJPR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

3. OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE – PPA-LDO-LOA

As ações desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná foram embasadas em observância às disposições do Plano Plurianual - PPA, Lei nº 20.077/19, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei nº 20.648/2021, Lei Orçamentária Anual - LOA, Lei nº 20.873/21 e demais legislações vinculadas à Administração Pública.

A execução orçamentária ocorreu em consonância com os dispositivos da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços, e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece preceitos voltados para a responsabilidade na gestão fiscal, combinados com dispositivos constitucionais aplicáveis às Finanças Públicas, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e demais legislação pertinente.

4. DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO PODER JUDICIÁRIO

De acordo com a LOA 2022, as unidades orçamentárias do Poder Judiciário são:

0501 – Tribunal de Justiça

0560 – Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS

0562 – Fundo da Justiça do Poder Judiciário Estadual – FUNJUS

0563 – Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

5. DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O presente relatório circunstanciado objetiva, após a exposição geral do Poder Judiciário, atender ao contido no inciso II, do art. 9º da Instrução Normativa nº 176/2022 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em relação à Unidade Orçamentária 0501 – Tribunal de Justiça.

Esta unidade compõe-se de 09 iniciativas de projetos/atividades/operações especiais, cujas ações encontram-se especificadas na LOA:

- 6005 – Gestão de Atividades do 2º grau
- 6007 - Atividade Correicional
- 6016 - Gestão da Escola Judicial do Paraná – EJUD-PR
- 6038 - Gestão e manutenção da Escola da Magistratura do Paraná - 1º e 2º grau de jurisdição
- 6226 - Gestão das atividades do 1º grau
- 6426 - Justiça gratuita - 1º grau
- 6427 - Justiça gratuita - 2º grau
- 9002 - Encargos previdenciários - TJ
- 9152 - Encargos especiais - TJ

Estes programas de trabalho têm por fim, em síntese, conforme previsto na LOA, promover a Garantia dos Direitos Fundamentais; Fortalecer a Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade; Promover a agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; Promover o Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos ilícitos Eleitorais; Promover a Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos; Consolidar o Sistema de Precedentes Obrigatórios; Aperfeiçoar a Gestão da Justiça Criminal; Promover a Sustentabilidade;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Aperfeiçoar a Gestão Administrativa e a Governança Judiciária; Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas; Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira; e Fortalecer a Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados; Garantir a autonomia para as ações da Corregedoria no 1º Grau de Jurisdição; Ampliar a capacitação de Servidores e Magistrados, Desenvolver competências e talentos, Fomentar pesquisas e publicações técnicas nas áreas jurídicas; Realizar cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento dos Magistrados; Promover o Acesso à Justiça e a Garantia dos Direitos Fundamentais no 1º e 2º Graus de Jurisdição; Atender despesas referentes a Encargos Especiais e Previdenciários⁴.

6. DOS GESTORES

O gestor das contas no exercício de 2022 foi o Presidente, Exmo. Sr. Des. José Laurindo de Souza Netto, no período de 01/01 a 31/12, conforme constam das atas das Sessão Especial do Egrégio Tribunal Pleno de 01/02/2021.

⁴ Anexo a Lei nº20.873/21-LOA - Anexo III-Orçamento Fiscal e Próprio da administração indireta, pág.119 a 121.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

7. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL

7.1 DOS INGRESSOS

Os recursos financeiros para a execução orçamentária do Tribunal de Justiça, como Unidade Orçamentária, decorrem de transferências recebidas mediante repasse de cotas de recursos do Tesouro (duodécimos) - ordinário não vinculado (Fonte 100).

Este valor corresponde aos recursos orçamentários definidos na elaboração da proposta orçamentária, nos limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa para esta Unidade, nos termos do art. 17 da Lei nº 20.648/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - 2022.

Os recursos financeiros repassados pelo Estado ao Tribunal de Justiça ao final do exercício totalizaram R\$ 2.644.375.205,04 (dois bilhões, seiscentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinco reais e quatro centavos). Neste montante estão inclusos os valores destinados à cobertura da insuficiência financeira do Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, conforme estabelece o art. 15 da LDO-2022 (Lei Estadual nº 20.648/2021).

Oportuno mencionar que os superávits de exercícios anteriores foram mantidos nesta unidade e suportaram, em igual montante, o acréscimo da despesa orçamentária inicialmente fixada, conforme previsto nos §6º e 7º do art. 3º da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022 (Lei nº 20.873/21).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

7.2 DOS DISPÊNDIOS

A despesa orçamentária para o exercício de 2022 foi fixada em R\$ 2.442.416.318,00 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e dois milhões, quatrocentos e dezesseis mil, trezentos e dezoito reais).

Durante o exercício foram realizadas alterações orçamentárias decorrentes de abertura de créditos adicionais suplementares com recursos provenientes de anulação parcial ou total de outras dotações do próprio orçamento e do superávit financeiro levantado no encerramento do exercício anterior. Este último permitiu o acréscimo da despesa fixada em R\$ 10.614.810,00⁵. Os reflexos destas alterações são demonstrados no quadro abaixo, por grupo de despesa:

ORÇAMENTO INICIAL E ATUALIZADO POR GRUPO - Total da Unidade - 2022 (R\$)					
Grupo	Fonte	Orçamento Inicial	%	Orçamento Atualizado	%
Pessoal e Encargos Pessoais	100	2.169.745.851,00	88,84%	2.193.867.193,00	89,43%
Outras Despesas Correntes	100	270.810.467,00	11,09%	259.163.935,00	10,57%
Investimentos e Inversões Financeiras	100	1.860.000,00	0,08%	0,00	0,00%
TOTAL		2.442.416.318,00	100,00%	2.453.031.128,00	100,00%

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/22. Emitido em 20/03/2023 R584321A, JOB10961448

A despesa empenhada no exercício totalizou R\$ 2.453.025.608,65 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e três milhões, vinte e cinco mil, seiscentos e oito reais e sessenta e cinco centavos), nos seguintes grupos:

DESPESA EMPENHADA POR GRUPO - Total da Unidade - 2022 (R\$)			
Grupo	Fonte	Valor empenhado	%
Pessoal e Encargos Pessoais	100	2.193.867.185,34	89,44%
Outras Despesas Correntes	100	259.158.423,31	10,56%
Investimentos e Inversões Financeiras	100	0,00	0,00%
TOTAL		2.453.025.608,65	100,00%

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/22. Emitido em 20/03/2023 R584321A, JOB10961448

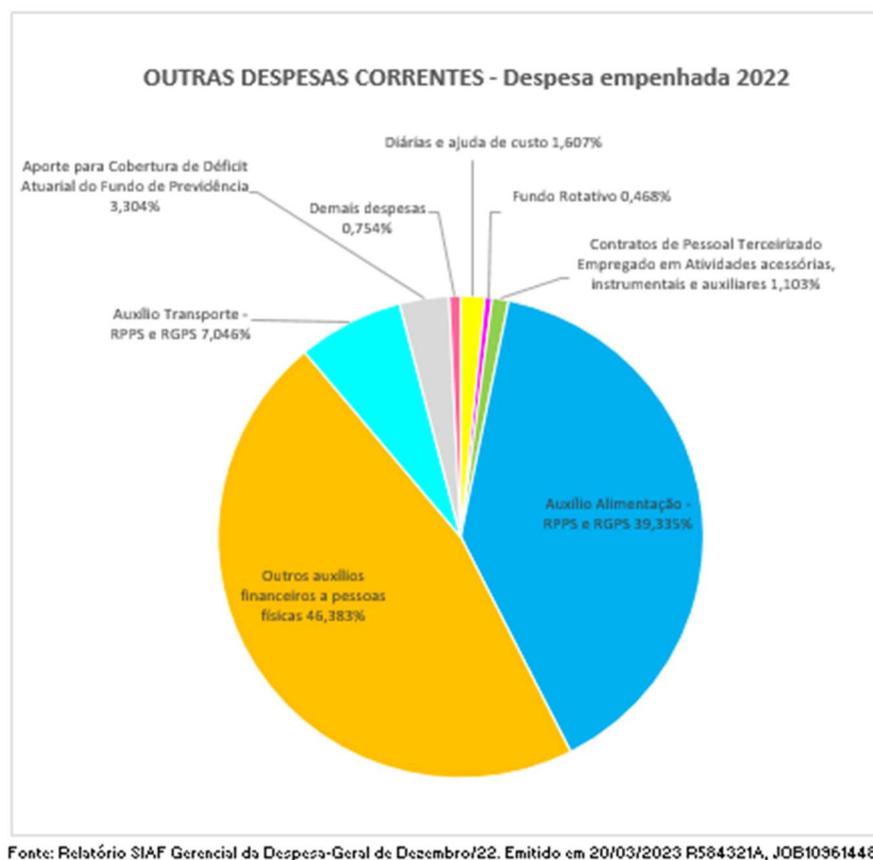
⁵ Conforme previsto nos §6º e 7º do art. 3º da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022 (Lei nº 20.873/21).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Do total empenhado, 89,44% foram destinados ao custeio de despesas com pessoal e encargos sociais, incluídos os inativos. O restante, 10,56%, foi direcionado para outras despesas correntes com outros benefícios de pessoal, aporte para cobertura de déficit atuarial ao fundo de previdência, entre outros.

O quadro abaixo demonstra a representação destes valores:



Foram empenhados R\$2.453.025.608,65, correspondendo a 99,99% do orçamento fixado, resultando em economia de dotação de R\$ 5.519,35 (cinco mil e quinhentos e dezenove reais e trinta e cinco centavos).



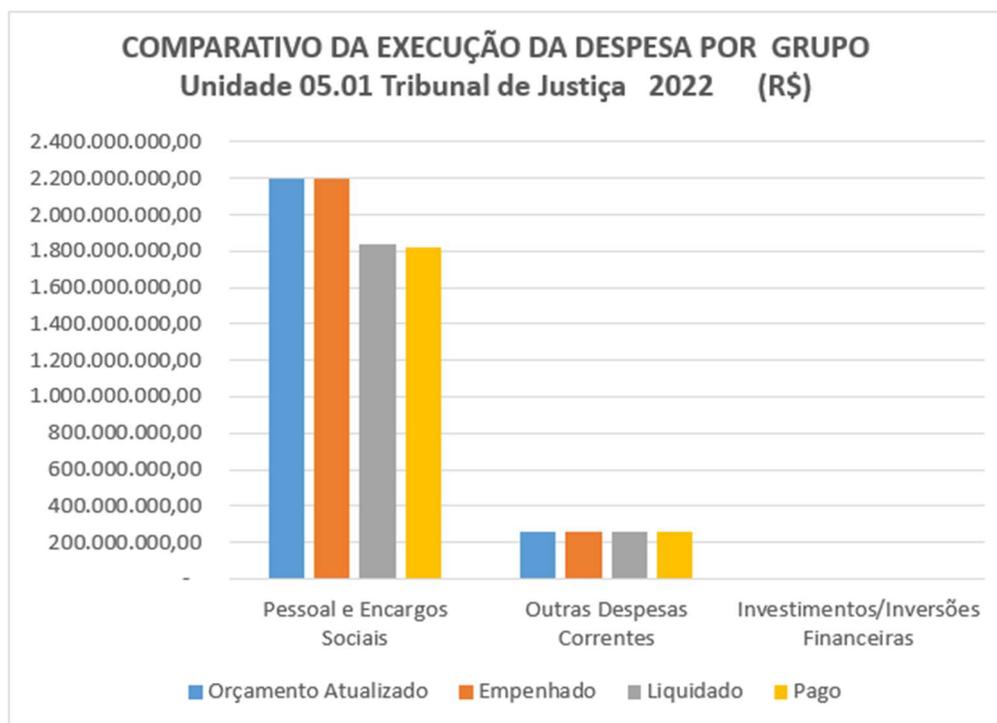
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Foram pagos R\$ 2.076.836.127,71, correspondendo a 84,66% do montante empenhado, permanecendo o restante (15,34%), correspondente a R\$ 376.189.480,94, inscritos em restos a pagar. Destes, a quantia de R\$ 15.742.402,50 são restos a pagar processados.

A tabela abaixo demonstra a execução orçamentária consolidada da Unidade:

UNIDADE 05.01 - Tribunal de Justiça										(R\$1,00)
Grupo	Fonte	Orçamento		Empenhado	Saldo		Pago	% Execução	% Pago	
		Orçamento Inicial	Atualizado		Disponível	Liquidado				
		A	B	C	D=(B-C)	E	F	G=(C/B)	H=(F/C)	
Pessoal e Encargos Sociais	100	2.169.745.851,00	2.193.867.193,00	2.193.867.185,34	7,66	1.834.861.220,67	1.819.792.275,66	99,99%	82,95%	
Outras Despesas Correntes	100	270.810.467,00	259.163.935,00	259.158.423,31	5.511,69	257.717.309,54	257.043.852,05	99,99%	99,18%	
Investimentos/Inversões Financeiras	100	1.860.000,00	-	-	0,00	-	-	-	-	
TOTAL		2.442.416.318,00	2.453.031.128,00	2.453.025.608,65	5.519,35	2.092.578.530,21	2.076.836.127,71	99,99%	84,66%	

Fonte: Relatório SLAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/22. Emitido em 20/03/2023 R584321A, JOB10961448



Fonte: Relatório SLAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/22. Emitido em 20/03/2023 R584321A, JOB10961448

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**

As tabelas a seguir referem-se à execução orçamentária e financeira, por projeto/atividade:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2022

Projeto/Atividade: 6005 - Promover e administrar as atividades de 2º grau de jurisdição (R\$1,00)									
Grupo	Fonte	Orçamento	Orçamento	Empenhado	Saldo	Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado		Disponível				
		A	B	C	D=(B-C)	E	F	G=(C/B)	H=(F/C)
Pessoal e Encargos Sociais	100	801.591.997,00	779.825.841,00	779.825.837,50	3,50	667.284.569,84	662.983.112,02	99,99%	85,02%
Outras Despesas Correntes	100	80.818.014,00	75.852.926,00	75.852.923,75	2,25	75.800.529,25	75.800.529,25	99,99%	99,93%
Investimentos/Inversões Financeiras	100	1.280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
TOTAL		883.690.011,00	855.678.767,00	855.678.761,25	5,75	743.085.099,09	738.783.641,27	99,99%	86,34%

Fonte: Relatório SLAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/22. Emitido em 20/03/2023 R584321A, JOB10961448

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2022

Projeto/Atividade: 6007 - Atividade Correicional (R\$1,00)									
Grupo	Fonte	Orçamento	Orçamento	Empenhado	Saldo	Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado		Disponível				
		A	B	C	D=(B-C)	E	F	G=(C/B)	H=(F/C)
Outras Despesas Correntes	100	1.000.000,00	744.717,00	744.716,71	0,29	744.716,71	744.716,71	99,99%	100,00%
TOTAL		1.000.000,00	744.717,00	744.716,71	0,29	744.716,71	744.716,71	99,99%	100,00%

Fonte: Relatório SLAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/22. Emitido em 20/03/2023 R584321A, JOB10961448

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2022

Projeto/Atividade: 6016 -Gestão da Escola Judicial do Paraná – EJUD-PR (R\$1,00)									
Grupo	Fonte	Orçamento	Orçamento	Empenhado	Saldo	Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado		Disponível				
		A	B	C	D=(B-C)	E	F	G=(C/B)	H=(F/C)
Pessoal e Encargos Sociais	100	1.100.000,00	303.734,00	303.733,50	0,50	303.733,50	303.733,50	99,99%	100,00%
Outras Despesas Correntes	100	600.000,00	545.928,00	545.927,51	0,49	545.927,51	545.927,51	99,99%	100,00%
Investimentos/Inversões Finan	100	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
TOTAL		1.730.000,00	849.662,00	849.661,01	0,99	849.661,01	849.661,01	99,9999%	100,00%

Fonte: Relatório SLAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/22. Emitido em 20/03/2023 R584321A, JOB10961448

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2022

Projeto/Atividade: 6038 – Gestão e manutenção da escola da magistratura do Paraná - 1º e 2º grau de jurisdição (R\$1,00)									
Grupo	Fonte	Orçamento	Orçamento	Empenhado	Saldo	Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado		Disponível				
		A	B	C	D=(B-C)	E	F	G=(C/B)	H=(F/C)
Pessoal e Encargos Sociais	100	0,00	98.087,00	98.086,33	0,67	98.086,33	98.086,33	99,99%	100,00%
Outras Despesas Correntes	100	600.000,00	68.028,00	68.027,60	0,40	68.027,60	68.027,60	99,99%	100,00%
TOTAL		-	166.115,00	166.113,93	1,07	166.113,93	166.113,93	99,99%	100,00%

Fonte: Relatório SLAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/22. Emitido em 20/03/2023 R584321A, JOB10961448



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2022

Projeto/Atividade: 6226 - Gestão das Atividades Judiciárias de 1º Grau

(R\$1,00)

Grupo	Fonte	Orçamento	Orçamento	Empenhado	Saldo Disponível	Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado						
		A	B	C	D=(B-C)	E	F	G=(C/B)	H=(F/C)
Pessoal e Encargos Sociais	100	1.366.515.654,00	1.404.679.754,00	1.404.679.751,38	2,62	1.166.715.054,37	1.155.947.567,18	99,99%	82,29%
Outras Despesas Correntes	100	141.523.731,00	132.834.335,00	132.828.828,39	5.506,61	131.478.506,54	131.478.506,54	99,99%	98,98%
Investimentos/Inversões Financeiras	100	550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL		1.508.589.385,00	1.537.514.089,00	1.537.508.579,77	5.509,23	1.298.193.560,91	1.287.426.073,72	99,99%	83,73%

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/22. Emitido em 20/03/2023 R584321A, JOB10961448

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2022

Projeto/Atividade: 6426 - Justiça gratuita - 1º grau

(R\$1,00)

Grupo	Fonte	Orçamento	Orçamento	Empenhado	Saldo Disponível	Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado						
		A	B	C	D=(B-C)	E	F	G=(C/B)	H=(F/C)
Outras Despesas Correntes	100	100.000,00	13.009,00	13.008,83	0,17	13.008,83	13.008,83	99,99%	100,00%
TOTAL		100.000,00	13.009,00	13.008,83	0,17	13.008,83	13.008,83	99,99%	100,00%

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/22. Emitido em 20/03/2023 R584321A, JOB10961448

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2022

Projeto/Atividade: 6427 - Justiça gratuita - 2º grau

(R\$1,00)

Grupo	Fonte	Orçamento	Orçamento	Empenhado	Saldo Disponível	Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado						
		A	B	C	D=(B-C)	E	F	G=(C/B)	H=(F/C)
Outras Despesas Correntes	100	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL		10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/22. Emitido em 20/03/2023 R584321A, JOB10961448

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2022

Projeto/Atividade: 9002 - Encargos previdenciários - TJ

(R\$1,00)

Grupo	Fonte	Orçamento	Orçamento	Empenhado	Saldo Disponível	Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado						
		A	B	C	D=(B-C)	E	F	G=(C/B)	H=(F/C)
Pessoal e Encargos Sociais	100	538.200,00	8.959.777,00	8.959.776,63	0,37	459.776,63	459.776,63	99,99%	5,13%
Outras Despesas Correntes	100	46.008.722,00	48.996.992,00	48.996.990,52	1,48	48.996.990,52	48.324.839,86	99,99%	98,63%
TOTAL		46.546.922,00	57.956.769,00	57.956.767,15	1,85	49.456.767,15	48.784.616,49	99,99%	84,17%

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/22. Emitido em 20/03/2023 R584321A, JOB10961448

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2022

Projeto/Atividade: 9152 - Encargos Especiais - TJ

(R\$1,00)

Grupo	Fonte	Orçamento	Orçamento	Empenhado	Saldo Disponível	Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado						
		A	B	C	D=(B-C)	E	F	G=(C/B)	H=(F/C)
Outras Despesas Correntes	100	150.000,00	108.000,00	108.000,00	0,00	69.602,58	68.295,75	100,00%	63,24%
TOTAL	100	150.000,00	108.000,00	108.000,00	0,00	69.602,58	68.295,75	100,00%	63,24%

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/22. Emitido em 20/03/2023 R584321A, JOB10961448



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Os repasses ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, a título de insuficiências financeiras, destinaram-se ao Fundo Financeiro e totalizaram R\$194.094.346,86 (cento e noventa e quatro milhões, noventa e quatro mil, trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e seis centavos), realizados por meio de execução extraorçamentária, conforme disposto no parágrafo único, art.15, da LDO (Lei nº20.648/2021), de acordo com o estabelecido Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, instituído pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2016 e Portaria STN nº 840/2016, e demais normas.

7.3 SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

As transferências recebidas através de repasses/cotas da Secretaria de Estado da Fazenda totalizaram R\$ 2.644.375.205,04, fonte 100, cuja aplicação destinou-se à cobertura das despesas empenhadas e a cobertura da de insuficiências financeiras do Fundo Financeiro vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, gerido pela ParanaPrevidência.

No presente exercício, a disponibilidade de recursos financeiros decorrentes de superávits de exercícios anteriores amparou o acréscimo da despesa inicialmente fixada, efetivada mediante abertura de crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 10.614.810,00.

Por outro lado, as despesas empenhadas no exercício totalizaram R\$2.453.025.608,65 e os aportes ao RPPS para cobertura de insuficiências financeiras, R\$ 194.094.346,86.

Neste contexto, importante mencionar que foram efetivados cancelamentos de restos a pagar no exercício e totalizaram R\$ 942.892,54.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Logo abaixo apresenta-se o comparativo resumido da execução orçamentária e financeira, bem como a demonstração do saldo dos recursos disponíveis ao final do exercício:

DEMONSTRAÇÃO DO SALDO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS 2022

Unidade 0501- Tribunal de Justiça		(R\$)	
Ingressos		Dispêndios	
Transferências financeiras recebidas	2.644.375.205,04	Despesa Empenhada	2.453.025.608,65
Recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior	10.614.810,00	Transferências financeiras concedidas para aportes ao RPPS para cobertura de insuficiências financeiras	194.094.346,86
Cancelamento de Restos a Pagar	942.892,54		
Saldo de recursos provenientes do superávit financeiro - exercícios anteriores	0,56		
Total	2.655.932.908,14		2.647.119.955,51
Diferença - saldo Recursos disponíveis para o exercício (DDR)			8.812.952,63

Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/22 sintético, emitido em 17/03/2022, R5876B215A, job10945236

Portanto, da análise do demonstrativo acima, conclui-se que o saldo dos recursos disponíveis (DDR) ao final do exercício importou em R\$ 8.812.952,63.

O Balanço Orçamentário da Unidade apresenta desequilíbrio - déficit orçamentário, visto que os ingressos para execução orçamentária da despesa para prestação de serviços públicos e realização de investimentos são realizados mediante transferências financeiras recebidas, e não por arrecadação. Este fato é equacionado quando da consolidação do Balanço Orçamentário do Estado do Paraná, elaborado pelo Poder Executivo.

Por fim, no presente relatório não foram mencionadas as movimentações dos demais ingressos e dispêndios, em especial os de natureza extraorçamentários e que constam evidenciados no Balanço Financeiro.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

7.4 DO ATIVO

O ativo é composto pelos seguintes elementos:

COMPOSIÇÃO DO ATIVO 2022		
Descrição	Valor (R\$)	%
AC-Caixa e equivalentes de caixa	415.984.418,88	12,4303%
AC-Depósitos restituíveis e valores vinculados	901.052.539,85	26,9249%
AC-Outros créditos a receber e valores a curto prazo	23.492,17	0,0007%
AC-Estoques/almoxnarifado	6.237.555,69	0,1864%
ANC-Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo	75.321.955,99	2,2507%
ANC-Imobilizado	1.947.916.554,32	58,2069%
TOTAL	3.346.536.516,90	100%

Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/22 sintético, emitido em 17/03/2022, R5876B215A, job10945236

Nota: AC - Ativo Circulante

ANC- Ativo Não Circulante

Cabe salientar que o valor de R\$ 75.321.955,99 registrado no Ativo Não Circulante, especificamente na conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo, são oriundos de termos pactuados em cláusulas contratuais que o Tribunal de Justiça firmou com terceiros (seguros-Garantia), os quais constituem títulos de garantia firmados em instituição financeira devidamente autorizada para realizar tais operações. A contabilização foi efetuada de acordo com o Comunicado nº 014/2021 – DCG/SEFA, constante no SEI nº 0002735-95.2021.8.16.6000 documento 6463393 e a Solicitação de Fiscalização nº 16/2016 da 7ª Inspeção do TCE, conforme o SEI nº 0012291-97.2016.8.16.6000.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

A representação gráfica do quadro acima pode ser vista a seguir:



Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/22 sintético, emitido em 17/03/2022, R5876B215A, job10945236

A conta caixa e equivalentes de caixa apresenta o saldo de R\$ 415.984.418,88, composta dos seguintes valores:

COMPOSIÇÃO DA CONTA CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 2022

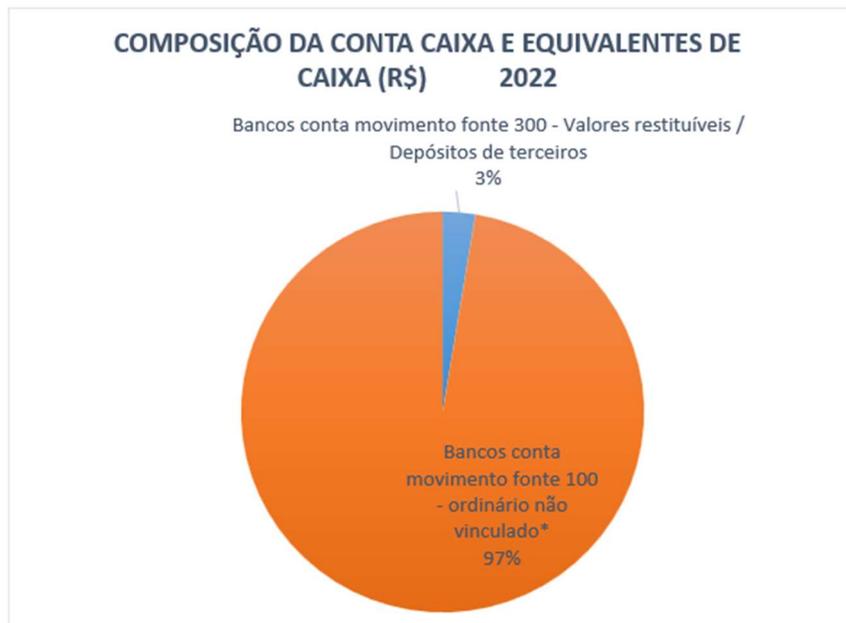
Descrição	Valor (R\$)	%
Bancos conta movimento fonte 300 - Valores restituíveis / Depósitos de terceiros	10.870.817,51	3%
Bancos conta movimento fonte 100 - ordinário não vinculado*	405.113.601,37	97%
TOTAL	415.984.418,88	100%

Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/22 analítico, emitido em 20/03/2022, R5876B215A, job10961298

Nota 1): Notas explicativas constam na Nota 1 do item XVI-F dos documentos apresentados na Prestação Anual de Contas 2022 junto ao Tribunal de Contas PR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ



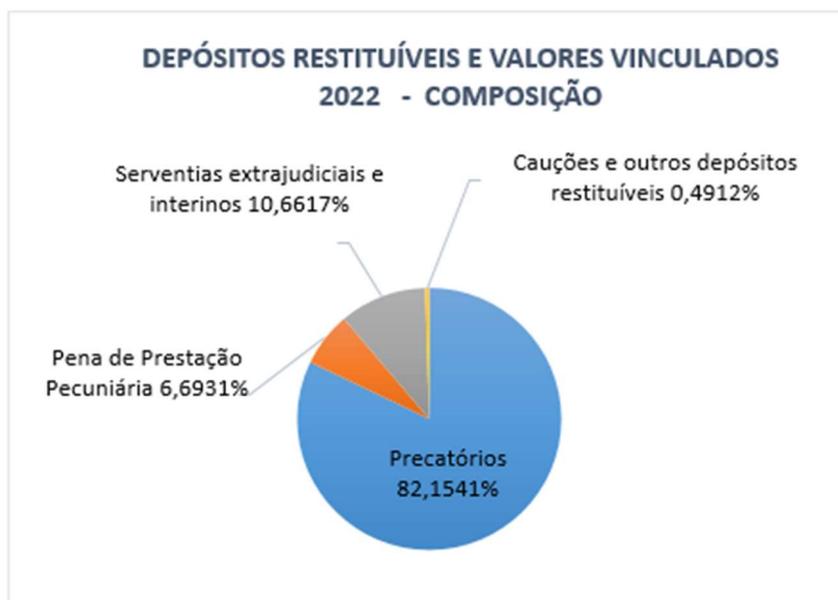
Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/22 analítico, emitido em 20/03/2022, R5876B215A, job10961298

A conta Bancos conta movimento (fonte 100) destina-se, principalmente, à cobertura de despesas orçamentárias e do saldo constante em restos a pagar.

A conta Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, no valor de R\$901.052.539,85, representa 26,92% do ativo da Unidade, nela são registrados valores restituíveis (depósitos e cauções) e corresponde a valores pertencentes a terceiros que, em razão do risco, benefício ou controle, encontram-se devidamente registrados no ativo com o correspondente passivo da Unidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ



Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/22 analítico, emitido em 20/03/2022, R5876B215A, job10961298

O ativo imobilizado representa 58,21% do total do ativo, o que equivale a mais da metade da classe da unidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

7.5 DO PASSIVO

O passivo da unidade totaliza R\$ 1.356.267.486,36, sendo 66,82% representados por valores restituíveis (depósitos não judiciais e outros valores restituíveis) e 26,04% por provisões para riscos trabalhistas de curto e longo prazo.

O passivo é composto ainda de restos a pagar processados relativos a encargos sociais e contribuições tributárias federais, consignações e outras obrigações.

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO 2022		
Descrição	Valor (R\$)	%
PC-Encargos sociais a pagar	15.741.095,67	1,161%
PC-Provisão para riscos trabalhistas a curto prazo	68.073.618,07	5,019%
PC-Demais itens	5.755.551,77	0,424%
PC-Valores Restituíveis / Depósitos não Judiciais e outros valores	906.209.257,10	66,816%
PNC-Provisão para riscos trabalhistas a longo prazo	285.166.007,76	21,026%
PNC-Outras obrig longo prazo	75.321.955,99	5,554%
TOTAL	1.356.267.486,36	100,000%

Fonte: 1) Relatório SIAP Balancete verificação dez/22 sintético, emitido em 17/03/2022, R5876B215A, job10945236

Nota: PC-Passivo circulante

PNC-Passivo não circulante

Nota 2): PC-Demais itens: incluem as contas Obrigações fiscais com a União a recolher e consignações



Fonte: 1) Relatório SIAP Balancete de verificação dezembro/22 sintético, emitido em 17/03/2022, R5876B215A, job10945236



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

7.6 DOS RESTOS A PAGAR

COMPOSIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR 2022 (R\$1,00)			
Ano de Inscrição	A pagar	A liquidar	Total
2022	15.742.402,50	360.447.078,44	376.189.480,94
2021	0,00	20.094.515,29	20.094.515,29
Total	15.742.402,50	380.541.593,73	396.283.996,23

Fonte: 1) Relatório SLAF Balancete de verificação dezembro/22 sintético, emitido em 17/03/2022, R5876B215A, job10945236

2) Restos a pagar-Demonstrativo de saldo de empenho-por exercício, credor e empenho, emitido em 17/01/2023

7.7 DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As variações patrimoniais são transações que promovem alterações qualitativas e/ou quantitativas nos elementos patrimoniais da entidade, afetando ou não o seu patrimônio líquido.

As variações patrimoniais quantitativas, em 2022, resultaram na redução patrimonial no importe de R\$2.835.241,53:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2022	
Unidade 0501- Tribunal de Justiça	(R\$)
Variações Patrimoniais	Valor
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	2.984.324.339,92
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	2.987.159.581,45
Resultado Patrimonial do exercício - DÉFICIT	-2.835.241,53

Fonte: 1) Relatório SLAF Balancete de verificação dezembro/22 sintético, emitido em 17/03/2022, R5876B215A, job10945236



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Apresenta-se abaixo, a composição das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2022	
Unidade 0501- Tribunal de Justiça		(R\$)	
Descrição	Valor	%	
Transferências intra governamentais - Transferências recebidas para execução orçãam	1.101.823.002,10	36,9204%	
Transferências intra governamentais - Financeiras independentes da execução orçamentária	1.542.552.202,94	51,6885%	
Transferências intra governamentais - Não financeiras independentes da execução orçamentária ¹⁾	28.923.882,74	0,9692%	
Doações recebidas	60.000,00	0,0020%	
Ganhos com incorporação de ativos	122.957,33	0,0041%	
Reversão para riscos trabalhistas	310.842.294,81	10,4158%	
Soma	2.984.324.339,92	100,0000%	

Fonte: 1) Relatório SLAF Balancete de verificação dezembro/22 sintético, emitido em 17/03/2022, R5876B215A, job10945236

Notas: 1) 23,07% Bens imóveis; 61,10% Bens móveis; 15,82% Outros

COMPOSIÇÃO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		2022	
Unidade 0501- Tribunal de Justiça		(R\$)	
Descrição	Valor	%	
Pessoal e encargos	2.257.437.566,52	75,5714%	
Benefícios previdenciários e assistenciais	125.241.875,96	4,1927%	
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo ¹⁾	43.260.846,33	1,4482%	
Transferências intra governamentais ²⁾	194.457.532,84	6,5098%	
Transferências inter governamentais ³⁾	9.063.663,38	0,3034%	
Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos	3.754.323,70	0,1257%	
Tributárias	69.602,58	0,0023%	
VPD de Provisão para riscos trabalhistas - Consolidação	353.239.625,83	11,8253%	
Indenizações e restituições diversas - consolidação	634.544,31	0,0212%	
Tributárias	2.987.159.581,45	100,0000%	

Fonte: 1) Relatório SLAF Balancete de verificação dezembro/22 sintético, emitido em 17/03/2022, R5876B215A, job10945236

Notas: 1) 9,39% consumo; 17,04% serviços; 73,57% depreciação

2) 99,81% aportes para o RPPS para cobertura de insuficiências financeiras; 019% doações de bens móveis

3) 88,96% destinados a municípios (bens móveis, imóveis e outros); 11,04% consolidação

Verifica-se nos demonstrativos apresentados os efeitos significativos gerados nos resultados do exercício deste Tribunal pela adoção de procedimentos contábeis patrimoniais em atendimento às normas contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Neste sentido, destaca-se os reflexos do reconhecimento da depreciação (73,57%) do item Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, e das movimentações entre os níveis de governo relacionadas a bens imóveis e móveis.

O reconhecimento da provisão para riscos trabalhistas, neste exercício, mesmo considerando as reversões efetivadas no exercício, também teve relevante representação no resultado do exercício.

7.8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO / SALDO PATRIMONIAL

O patrimônio líquido representa o valor residual dos ativos da entidade, depois de deduzidos todos seus passivos.

Considerando que o resultado patrimonial do exercício foi deficitário, o patrimônio líquido passou a ser de R\$ 1.990.269.030,54, assim demonstrado:

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2022
Unidade 0501- Tribunal de Justiça		(R\$)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Valor
Resultado do exercício - DÉFICIT		-2.835.241,53
Resultado de exercícios anteriores - SUPERÁVIT		1.998.337.272,92
Ajustes de exercícios anteriores - DÉFICIT		-5.233.000,85
Resultados Acumulados - SUPERÁVIT		1.990.269.030,54

Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/22 sintético, emitido em 17/03/2022, R5876B215A, job10945236



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Abaixo, demonstra-se a composição dos resultados acumulados desta unidade ao final do exercício, por nível de consolidação:

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO RESULTADO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO POR NÍVEL DE CONSOLIDAÇÃO

	Exercício 2022 (R\$)		Resultado do exercício 2022	Resultados acumulados
	Ajustes exercícios anteriores	Resultados exercícios anteriores		
Operações nível CONSOLIDAÇÃO	-4.152.133,57	-12.372.479.268,29	-2.169.277.085,54	-14.545.908.487,40
Operações Intraorçamentárias - INTRA OFSS	-1.080.867,28	14.312.514.793,64	2.209.356.557,37	16.520.790.483,73
Operações INTER OFSS UNIÃO	0,00	-144.512.463,29	-34.851.403,41	-179.363.866,70
Operações INTER OFSS ESTADO	0,00	-4.301.776,37	-11,78	-4.301.788,15
Operações INTER OFSS MUNICÍPIO	0,00	207.115.987,23	-8.063.298,17	199.052.689,06
Soma	-5.233.000,85	1.998.337.272,92	-2.835.241,53	1.990.269.030,54

Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/22 sintético, emitido em 17/03/2022, R5876B215A, job10945236



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

8. CONCLUSÃO

O presente relatório integra o processo de prestação de contas desta Unidade, conforme Instrução Normativa nº 176/2022-TCE.

Importante mencionar que o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil é o sistema novo SIAF – Sistema Integrado de Finanças Públicas do Estado do Paraná, implantando em 2018.

Os dados relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial contida no presente relatório foram extraídos do referido sistema.

A ampliação da adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais previstos nas normas contábeis vigentes produziu reflexos relevantes no resultado do exercício e no patrimônio líquido da unidade tais como os procedimentos contábeis patrimoniais de provisões, passivos contingentes, reconhecimento e desreconhecimento de bens móveis e imóveis e as respectivas depreciações.

Estas são as informações e considerações entendidas como as mais relevantes em relação ao exercício de 2022, razão pela qual são apresentadas para avaliação da Corte de Contas do Estado do Paraná.

Curitiba, 31 de dezembro de 2022.

Moacir Carneiro Junior

Diretor do Departamento Econômico e Financeiro